

# Orçamento faz Sarney cancelar viagem

BRASÍLIA — A virtual rejeição da proposta orçamentária do Executivo, pela Comissão Mista de Orçamento, levou ontem o presidente José Sarney a desistir da viagem que faria ao Peru amanhã. Sarney designou o chanceler Abreu Sodré para representá-lo em Lima e reunirá os ministros da Fazenda e do Planejamento, Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu, para analisar as decisões da Comissão e definir o comportamento do governo diante delas e dos parceiros do Executivo nas negociações do pacto social.

O cancelamento da visita ao Peru foi anunciado no início da tarde, após reunião do presidente com os ministros Ronaldo Costa Couto e Rubem Bayma Denys, chefes dos gabinetes Civil e Militar. Mas ainda no fim da manhã, a hipótese de que Sarney se mantivesse em Brasília era admitida pelo General Denys, sob o argumento de que o presidente estava muito preocupado "com o problema do Orçamento".

A grande preocupação de Sarney com as votações da Comissão de Orçamento foi expressa ontem ao senador Alvaro Pacheco (PFL-PI), ao deputado Albérico Filho (PMDB-MA) e ao governador Epitácio Cafeteira, com quem o presidente almoçou no Palácio da Alvorada. Antes do almoço, Sarney tratou do mesmo assunto com os governadores de Goiás e do Piauí Henrique Santillo e Alberto Silva, a quem recebeu de manhã.

Segundo um dos parlamentares que esteve com o presidente, Sarney qualificou como "uma violência" o relatório do senador Almir Gabriel (PMDB-PA), apresentado na noite anterior à Comissão de Orçamento. Sarney se refere especificamente ao tratamento dispensado por Gabriel à questão do pagamento da dívida externa dos estados. Pela proposta do senador, o governo cobrará dos estados Cz\$ 68

bilhões (a preços de junho). Pelas propostas orçamentárias que encaminhou ao Congresso, o governo pretendia arrecadar Cz\$ 550 bilhões. O ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Cardoso Alves, informou que Sarney lhe adiantou que vetará a proposta do Congresso que determina cortes nos incentivos fiscais às exportações e à implantação da nova política industrial.

O presidente tomou conhecimento do relatório de Almir Gabriel na manhã de ontem, mas até o meio da tarde ainda não havia no Palácio do Planalto cálculos precisos sobre a repercussão da proposta elaborada pelo relator da Comissão de Orçamento. Todo o texto do relator estava sob exame da Secretaria de Planejamento da Presidência. O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, e o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, expuseram ao Presidente e ao ministro Costa Couto, ao final da manhã, uma primeira avaliação das propostas de Almir Gabriel.

"O presidente está profundamente preocupado, mas ainda não sabe como reagir — informou um dos políticos que almoçaram com Sarney. De acordo com a mesma fonte, o presidente vai esperar os resultados das votações de hoje da Comissão de Orçamento para definir a partir de sábado uma operação de defesa dos interesses do governo. Embora tenha conversado com pelo menos sete governadores entre terça e quarta-feira, o Presidente ainda não pediu sua mobilização junto às bancadas no Congresso, o que deverá fazer quando o projeto de Orçamento sair da Comissão para o plenário.

Sarney, de acordo com seus interlocutores de ontem, tinha basicamente uma certeza: não há possibilidade de aprovação para o projeto que prevê o pagamento de 25% da dívida externa dos estados em 1989.

**Sonegação** — As dívidas de sonegadores com a Receita Federal, consideradas *incobráveis* no Ministério da Fazenda, chegam a Cz\$ 400 bilhões. e são responsabilidade de apenas 20 empresas ou pessoas, segundo o Procurador Geral da Fazenda, Cid Heráclito Queiroz. Ele disse que, para combater a sonegação, o governo poderá substituir a indisponibilidade dos bens de contribuintes em dívida com a Receita pela penhora. E anunciou um projeto para dificultar a apropriação, pelas empresas, do Imposto retido na fonte e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O IPI e o IR recolhidos e não repassados representam quase 60% dos débitos de contribuintes. A Receita avalia em pelo menos Cz\$ 3 trilhões e 638 bilhões a dívida que o ministério tenta cobrar amigavelmente.

**Imposto de Renda** — A pedido do próprio relator, deputado Osmundo Rebouças (PMDB-CE), foi adiada por 48 horas a votação do projeto de lei do Imposto de Renda das pessoas físicas que deveria ser votado ontem. Rebouças pediu o adiamento para analisar novamente as emendas que foram apresentadas ao projeto enviado pelo governo. A principal mudança que o Congresso fará é a criação de mais uma alíquota, a de

35%, além das duas que constam do projeto e que são de 10% e 25%. Ela incidiria sobre as rendas acima de 500 OTNs por mês, o que hoje significa Cz\$ 2,3 milhões.

**Juros bancários** — "Não importa o que quiseram os constituintes, o que vale é a interpretação da lei, pelos juízes", sentenciou o procurador geral da Fazenda, Cid Heráclito Queiroz, ao apresentar o parecer em que defende a aplicação de juros bancários superiores aos 12% determinados pela Constituição.

**Cesta básica** — Após sucessivas reuniões realizadas ontem no Ministério da Fazenda entre os integrantes do comitê técnico de acompanhamento de preços no pacto social, para discutir os preços básicos praticados desde 3 de novembro, os representantes da indústria não conseguiram obter reajustes acima dos 26,5% para produtos defasados, como pretendiam. Mas conseguiram um outro ganho: as listas de preços básicos que vigoram a partir de amanhã, que deveriam ter como base pesquisas realizadas nos dias 28 e 29 deste mês, nas principais capitais do país, deverão ter como patamar os mesmos preços praticados no dia 3 de novembro, acrescidos de 26,5%. Em cima desses valores, os supermercados poderão colocar mais 25%.